

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1988

No dia 23 de setembro último, encaminhei ao Secretário de Estado de Educação e Cultura, Dr. Raphael de Almeida Magalhães carta na qual comunicava meu afastamento da curadoria da I Bienal de Escultura ao Ar Livre do Rio de Janeiro.

Era uma sexta-feira. O secretário, ao receber a carta, convocou-me para um encontro com ele na segunda-feira dia 26, às 10 horas. Fui ao encontro, expus minhas razões e transmiti-lhe meu ceticismo quanto ao futuro da Bienal. Concordei, porém, em manter meu pedido de demissão em suspenso na medida em que ele me garantiu que tomaria as providências solicitadas ao mesmo tempo que reafirmava enfaticamente sua decisão, e a do governador, de realizar a Bienal e de fender a permanência da Escola de Artes Visuais, no Parque Lage.

Como consequência, não lhe enviei a carta-circular que escrevi no mesmo dia comunicando minha decisão e cuja cópia estou anexando.

Passaram-se quase dois meses e, de concreto, consegui apenas a liberação de duas parcelas da verba do Estado destinadas à Bienal e a carta do secretário comprometendo-se com a realização da Bienal a partir de 14 de janeiro de 1988. Com o dinheiro recebido pude antecipar a primeira parcela da ajuda de custo devida aos artistas (e que no projeto da Bienal é da responsabilidade da iniciativa privada) e pagar outras dívidas assumidas pela Escola com a contratação de pessoal e serviços.

O acordo com o IBDF não foi assinado conforme me prometera o secretário - segundo ele devido à greve do funcionalismo público federal. Sem a assinatura do acordo as obras no terraço não podem ser feitas, como consta no ofício assinado pelo diretor-substituto do Jardim Botânico encaminhado à Empresa de Obras Públicas do Estado/EMOP.

O acordo com os armadores também não saiu. A reunião havida no Palácio Guanabara no último dia 7, com a presença dos empresários, deputados do PMDB fiéis à liderança do governador, dois secretários de Estado mais o presidente do BANERJ, à qual estive presente, foi um fiasco. Armadores e construtores navais estão barganhando seu apoio à Bienal em troca de vantagens para o seu setor. O tom do discurso deles foi grosseiro, próximo da chantagem. E no entanto, este apoio dos armadores sempre me foi garantido pelo Secretário de Estado de Educação e Cultura.

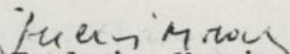
Diante da incerteza cada vez maior quanto ao futuro da Bienal, enca-
minhei hoje, em caráter irrevogável mesmo, ao Secretário Raphael de Almeida Maga-
lhães, meu pedido de demissão da Curadoria da Bienal e da Diretoria da Escola de
Artes Visuais.

Apesar de achar que realizei um bom trabalho à frente da Escola de
Artes Visuais, lidar com a burocracia do Estado foi uma experiência profundamente
desgastante, eu diria mesmo traumática. Governo nunca mais.

Lamento todo o ocorrido, os transtornos e os eventuais prejuízos
econômicos trazidos pela Bienal, mas nada mais posso fazer. Vou recolher-me aos
meus estudos.

Espero, contudo, que minha saída não signifique necessariamente o
fim da Bienal. Se o governo do Estado estiver realmente interessado nela, convoca-
rá outra pessoa para realizá-la. Ou, então, outra entidade poderá assumir o pro-
jeto.

Com minha amizade, sempre,


Frederico Moraes

PS - Estou anexando a esta carta um histórico da Bienal do Rio. Todos os documentos
citados no relatório encontram-se à sua disposição na Escola de Artes Visuais.

Histórico da I Bienal de Escultura ao Ar Livre do Rio de Janeiro

- 1 - Nomeado em junho de 1987 pelo governador Moreira Franco diretor da Escola de Artes Visuais só assumi o cargo, efetivamente, em agosto. Na primeira reunião que tive com professores, alunos e funcionários da Escola, na qual apresentei verbalmente um esboço do meu programa, anunciei minha intenção de realizar uma Bienal de escultura no Parque Lage e transformar o terraço da Escola em um jardim de esculturas.
- 2 - De início, portanto, eram dois projetos isolados. O jardim de esculturas, seria realizado em primeiro lugar, inclusive como um treino para a Bienal. Em 25 de setembro encaminhei os dois projetos a várias empresas com um pedido de patrocínio. Nos meses seguintes foram mantidos contatos com várias empresas, entre outras, O Globo, White Martins, Servenco, Souza Cruz, Iochpe etc. Nos contatos ficou claro que a Bienal despertava interesse maior possivelmente em função de um retorno em termos de mídia. Decidi, então, fundir os dois projetos num só. De início, a Bienal previa prêmios e envolvia a participação de várias secretarias, da Prefeitura e da iniciativa privada. Os prêmios foram em seguida substituídos por ajuda de custo direta ao artista.
- 3 - Diante da dificuldade em obter patrocínio privado, encaminhei o projeto, em janeiro deste ano, ao então Secretário de Cultura, Eduardo Portela, que por sua vez o levou ao Governador Moreira Franco que o aprovou no dia 01 de fevereiro deste ano. Em seu despacho, o governador enviou o projeto à Secretaria de Planejamento para avaliação de custos.
- 4 - A substituição de Eduardo Portela por Raphael de Almeida Magalhães à frente da Secretaria de Cultura retardou por alguns meses o andamento do projeto. Somente no dia 11 de abril o novo Secretário de Cultura fez a solicitação de crédito suplementar destinado à Bienal no valor total de 52.428 OTNs (Cz\$128.721.000,00), sendo 28.900 OTNs para a realização da Bienal e 23.528 OTNs para reformas e restauro do prédio da Escola de Artes Visuais. Estas obras deveriam ser realizadas pela EMOP/Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro em 180 dias a contar de 01.06.1988. O decreto 11.399, de 09 de junho assinado pelo governador, abre o crédito suplementar à Secretaria de Cultura no valor de Cz\$130.720.851,00, dos quais, Cz\$128.721.000,00, como vimos, destinados à Escola de Artes Visuais e à Bienal.
- 5 - No dia 21 de abril, durante conferência que fez no Fórum de Idéias da Escola de

Artes Visuais, o Secretário Raphael de Almeida Magalhães já anunciara publicamente a realização da Bienal.

- 6 - Lamentavelmente, entretanto, o Diário de Justiça da União publicou no dia 19 de maio acórdão referente a apelação civil interposta pelo Estado do Rio de Janeiro contra o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal referente a reintegração de posse do palacete dos Lage, sede da Escola de Artes Visuais desde 1966. A sentença de 1ª instância dando ganho de causa ao IBDF foi confirmada por unanimidade pelo Tribunal Federal de Recursos. Estimulado por esta decisão o diretor do Jardim Botânico, Antônio Dantas Machado deu declarações à Imprensa acusando a Escola de Artes Visuais de ser um antro de maconheiros e baderneiros, o que provocou imediata repulsa da comunidade artística carioca e brasileira. Menos de 48 horas depois da entrevista realizava-se uma memorável manifestação de apoio à Escola e à Bienal. Ofício datado de 28 de junho, assinado pelo diretor do Jardim Botânico (que seria pouco depois demitido) e pela procuradora do IBDF, Alzira de Almeida Pinto da Silva proibia a Escola de Artes Visuais "de realizar obras sob quaisquer título ou pretexto sem prévia aprovação do IBDF bem como quaisquer atividades estranhas ao uso da EAV e abertas a numeroso público". Carta enviada à EMOP em 13.09.1988 diz textualmente que "as obras e quaisquer atividades artísticas estão proibidas no âmbito do Parque Lage, devido decisões judiciais já conhecidas" e que "quanto à realização da Bienal de Escultura, a Procuradoria Geral do IBDF e a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, estão tentando viabilizar sua efetivação, mediante acordo judicial". O impasse, entretanto, persiste até hoje, apesar das negociações que vêm sendo mantidas entre os governos estadual e federal com a interdição do Secretário de Educação e Cultura, de amigos da Escola de Artes Visuais e do próprio governador que escreveu ao Ministro da Agricultura em 20.06.1988.
- 7 - Apesar de todas estas dificuldades e devidamente autorizado pelo Secretário de Educação e Cultura, prossegui na organização da Bienal. O regulamento da mostra foi publicado e divulgado em todo o Brasil. Seguiu-se a escolha, pelo júri, dos 10 escultores que seriam convidados, **hors concurs**, a participar da Bienal e a seleção de 20 nomes entre os 395 que se inscreveram livremente. O catálogo começou a ser produzido - textos, fotos, currículos. O próprio governador enviou, no dia 23.08.88 seu texto de apresentação para o catálogo da Bienal. Foi elaborado igualmente o programa do Simpósio Internacional sobre o tema "Esculturas em Espaços Públicos", tendo sido convidados 10 especialistas da Europa, Estados Unidos e América Latina. Para esse simpósio e todo o restante da programação didática da Bienal buscou-se um outro patrocínio privado.
- 8 - Além de autorizar o prosseguimento da organização da Bienal, o Secretário Raphael de

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1988

No dia 23 de setembro último, encaminhei ao Secretário de Estado de Educação e Cultura, Dr. Raphael de Almeida Magalhães carta na qual comunicava meu afastamento da curadoria da I Bienal de Escultura ao Ar Livre do Rio de Janeiro.

Era uma sexta-feira. O secretário, ao receber a carta, convocou-me para um encontro com ele na segunda-feira dia 26, às 10 horas. Fui ao encontro, expus minhas razões e transmiti-lhe meu ceticismo quanto ao futuro da Bienal. Concordei, porém, em manter meu pedido de demissão em suspenso na medida em que ele me garantiu que tomaria as providências solicitadas ao mesmo tempo que reafirmava enfaticamente sua decisão, e a do governador, de realizar a Bienal e de fender a permanência da Escola de Artes Visuais, no Parque Lage.

Como consequência, não lhe enviei a carta-circular que escrevi no mesmo dia comunicando minha decisão, e cuja cópia estou anexando.

Passaram-se quase dois meses e, de concreto, consegui apenas a liberação de duas parcelas da verba do Estado destinadas à Bienal e a carta do secretário comprometendo-se com a realização da Bienal a partir de 14 de janeiro de 1988. Com o dinheiro recebido pude antecipar a primeira parcela da ajuda de custo devida aos artistas (e que no projeto da Bienal é da responsabilidade da iniciativa privada) e pagar outras dívidas assumidas pela Escola com a contratação de pessoal e serviços.

O acordo com o IBDF não foi assinado conforme me prometera o secretário - segundo ele devido à greve do funcionalismo público federal. Sem a assinatura do acordo as obras no terraço não podem ser feitas, como consta no ofício assinado pelo diretor-substituto do Jardim Botânico encaminhado à Empresa de Obras Públicas do Estado/EMOP.

O acordo com os armadores também não saiu. A reunião havida no Palácio Guanabara no último dia 7, com a presença dos empresários, deputados do PMDB fiéis à liderança do governador, dois secretários de Estado mais o presidente do BANERJ, à qual estive presente, foi um fiasco. Armadores e construtores navais estão barganhando seu apoio à Bienal em troca de vantagens para o seu setor. O tom do discurso deles foi grosseiro, próximo da chantagem. E no entanto, este apoio dos armadores sempre me foi garantido pelo Secretário de Estado de Educação e Cultura.

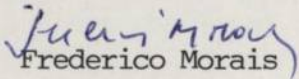
Diante da incerteza cada vez maior quanto ao futuro da Bienal, enca^uminhei hoje, em caráter irrevogável **mesmo**, ao Secretário Raphael de Almeida Magalhães, meu pedido de demissão da Curadoria da Bienal e da Diretoria da Escola de Artes Visuais.

Apesar de achar que realizei um bom trabalho à frente da Escola de Artes Visuais, lidar com a burocracia do Estado foi uma experiência profundamente desgastante, eu diria mesmo traumática. **Governo nunca mais.**

Lamento todo o ocorrido, os transtornos e os eventuais prejuízos econômicos trazidos pela Bienal, mas nada mais posso fazer. Vou recolher-me aos meus estudos.

Espero, contudo, que minha saída não signifique necessariamente o fim da Bienal. Se o governo do Estado estiver realmente interessado nela, convocará outra pessoa para realizá-la. Ou, então, outra entidade poderá assumir o projeto.

Com minha amizade, sempre,


(Frederico Moraes)

PS - Estou anexando a esta carta um histórico da Bienal do Rio. Todos os documentos citados no relatório encontram-se à sua disposição na Escola de Artes Visuais.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1988.

Exmo. Sr.
Dr. Raphael de Almeida Magalhães
MD Secretário de Estado de Educação e Cultura

Senhor Secretário

Em ofício de 23 de setembro último, apresentei-lhe meu pedido de demissão da curadoria da I Bienal de Escultura ao Ar Livre do Rio de Janeiro. Diante da promessa de V. Excia. de que todas as questões pendentes que impedem a realização da Bienal seriam resolvidas em uma semana, concordei em permanecer no cargo.

Quase dois meses se passaram e as questões mencionadas na carta continuam irresolvidas. Sei que a solução de alguns problemas não dependem de V. Excia., mas não quero correr o risco de novos adiamentos na inauguração da Bienal.

Assim, solicito a V. Excia. meu afastamento da curadoria da Bienal e, simultaneamente, da direção da Escola de Artes Visuais em caráter irrevogável. **Mesmo.**

Com meus protestos de elevada estima e consideração, subscrevo-me,

Cordialmente,

Frederico Moraes

